

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Matheus de Araújo Almeida

Universidade de São Paulo

São Paulo - SP

RESUMO: O presente artigo promove um debate a respeito do Estado e das formas que ele historicamente assumiu, relacionando-as com os regimes da acumulação de capital, buscando demonstrar quais são as determinações que esses regimes geram naquelas formas. Para cumprir tal intento, partimos da análise marxista – expressa no uso do materialismo histórico-dialético e do universo teórico desta perspectiva – a respeito do Estado e de sua conceituação, procedendo com a investigação acerca da teoria dos regimes de acumulação, para, por fim, verificar como o Estado se manifesta em cada fase do desenvolvimento capitalista. Concluímos com esta pesquisa que os regimes de acumulação são a determinação fundamental das formas estatais no capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; regimes de acumulação de capital; formas estatais.

STATE FORMS AND CAPITAL ACCUMULATION REGIMES

ABSTRACT: This paper aims to discuss State and its different forms throughout the different capital accumulation regimes, in order to

demonstrate which are the determinations that those regimes generate in those forms. To do so, we shall begin at the marxist analysis - expressed by historical dialectical materialism and the theoretical universe of this perspective - about State and its concept, proceeding with the investigation around capital accumulation regimes theory, so, at last, we may verify how the State manifests itself in each period of capitalist development. We conclude with this research that capital accumulation regimes are the fundamental determination of State forms in capitalism.

KEYWORDS: State; capital regime of accumulation; State forms.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de uma concepção de Estado fundamentada na categoria marxista de totalidade, isto é, busca analisar o fenômeno entendendo-o como síntese de múltiplas determinações que interagem entre si, e dentre elas, de uma determinação fundamental. Este fundamento necessário para a compreensão do Estado é o próprio capital. Por isto, realiza-se simultaneamente o debate sobre o Estado e a sua relação indissociável com o modo de produção capitalista, de modo a desvelar o

que vem a ser este fenômeno analisado.

Partindo desta mirada, veremos quais formas o Estado assumiu historicamente no capitalismo, conhecendo as suas características e as suas relações com as lutas de classes de modo geral. Será traçado o seguinte percurso expositivo: discutir brevemente o conceito de Estado partindo da perspectiva marxista; apresentar, de forma igualmente breve, os elementos gerais sobre a questão da acumulação de capital e da teoria dos regimes de acumulação de capital; e, por fim, relacionar as mudanças no Estado de acordo com as mutações de regimes de acumulação, o que gera a constituição e transformação das formas estatais.

Com isto, veremos o resultado daquilo que se objetiva neste trabalho: conhecer cada uma das principais formas estatais existentes na história do capitalismo, relacionando-as com os regimes de acumulação existentes em suas respectivas épocas.

2 | O CONCEITO MARXISTA DE ESTADO

Este trabalho não pretende remontar a todas as interpretações que se produziram no que, *lato sensu*, foi chamado de marxismo. Faremos, inicialmente, apenas uma retomada dos elementos gerais que caracterizaram a análise marxista do Estado, sem entrar nos meandros e especificidades da obra de Marx, o que já foi feito em outra ocasião (cf. ALMEIDA, 2017).

A forma mercadoria é a forma social fundante das demais formas sociais na sociedade capitalista. A partir dela, se desenvolve determinadas formas políticas e formas jurídicas a ela equivalentes. O Estado moderno deriva da revolução burguesa, que adquiriu não somente o poder econômico, como também o político. O Estado, assim, se torna um *ser* propriamente burguês, na medida em que se origina nesta sociedade e em sua dinâmica social, de acordo com a sua divisão social do trabalho e com a dominação burguesa.

Por isso, do ponto de vista marxista, o Estado não é uma meta-categoria, uma abstração a-histórica ou uma coisa qualquer, mas sim uma *relação social*. Ele é uma relação social de classe, e mais especificamente, o Estado capitalista “é uma relação de dominação de classe (no qual a burguesia domina as demais classes sociais) mediada pela burocracia para manter e reproduzir as relações de produção capitalistas” (VIANA, 2015, p. 55).

O modo de produção capitalista (a “infraestrutura” da sociedade) gera determinadas formas de regularização das relações sociais (ou “formas sociais”, a “superestrutura” da sociedade) que lhe são correspondentes. O Estado é a principal forma de regularização das relações sociais na sociedade capitalista (VIANA, 2009). A relação entre Estado e capital, nesta medida, é essencial, inexorável e indissociável. O Estado se manifesta através dos seus aparatos (jurídico, educacional, sanitário, repressivo, legislativo etc.) e de seus representantes, que expressam a materialidade

desta relação social.

O Estado capitalista, como relação social, é um aparato do poder burguês. Assim, “em termos gerais, o Estado é um aparato do capital que, por sua vez, gera diversos outros aparatos (jurídico, repressivo, educacional, comunicacional, cultural, etc.)” (VIANA, 2017, p. 48). Portanto, o Estado do capital existe através de seus aparatos. Ou seja, o Estado capitalista não é capitalista porque a burguesia acha-se diretamente ao leme do Estado (pois, na verdade, é a burocracia estatal que se encontra nele), e assim preenche o seu “conteúdo vazio”, nem porque ele é uma “ferramenta” da classe burguesa, mas sim porque ele é uma relação social imbuída das contradições da dinâmica do capital, derivada do modo de produção capitalista, e que regulariza as relações sociais da sociedade burguesa através de seus diversos aparatos estatais.

3 | OS REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A mercadoria e a propriedade privada são categorias básicas para as relações de produção capitalistas. Porém, só é possível compreendermos o modo de produção capitalista quando observamos também o dinheiro e o mais-valor, que são os pressupostos do capital. Marx afirma que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2017, p. 113). Isto é, a mercadoria (ou melhor, a sua coleção) é a aparência da riqueza.

O caráter aparente da riqueza na mercadoria é desvelado quando vemos que por trás da mercadoria se encontra o valor de troca, que a constitui enquanto *quantum* de riqueza. O valor de troca da mercadoria só pode ser medido de forma relacional, ou seja, na relação entre mercadorias, que passam a ser trocáveis e medidas por um equivalente comum, que é o dinheiro. O dinheiro, portanto, nada mais é do que o símbolo do valor de troca.

Se a mercadoria é a aparência da riqueza e o valor de troca (e, conseqüentemente, o dinheiro que lhe corresponde) é riqueza, nem um nem outro geram riqueza. O que gera riqueza é uma potência viva que no capitalismo também é transformada em mercadoria, mas permanece sendo uma mercadoria singular, *sui generis*, que é a força de trabalho. A força de trabalho é singela porque é a única mercadoria que não só repassa o seu valor de troca quando inserido em uma relação de troca, mas também produz um novo valor, um mais-valor, em uma dada mercadoria produzida.

Este mais-valor é um valor a mais na mercadoria que é produzida pelo trabalho, valor este que excede o simples repasse dos valores das mercadorias que antecedem e originam a criação desta nova mercadoria (as matérias primas, instalações físicas, equipamentos, ferramentas, força de trabalho utilizadas na produção da mercadoria). A força de trabalho, o trabalho vivo, é a única produtora de riquezas, de valor e mais-valor (que é o excedente do valor, produzido pelo operário e apropriado pelo

capitalista).

Deste modo, a exploração do trabalho produtivo de mais-valor, efetuado pela classe proletária, é a chave da riqueza capitalista, e é a partir dela que é possível a produção de capital e acumulação de capital. O processo produtivo no capitalismo se dá em uma cadeia em que “o dinheiro é transformado em capital, (...) por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital” (MARX, 2017, p. 785), repetindo-se esta relação ciclicamente.

Como se vê, o dinheiro se encontra no início deste processo de produção de capital. Mas o dinheiro nada mais é do que expressão da produção capitalista, mais especificamente, da produção das mercadorias e do seu valor de troca. Se o dinheiro é o símbolo destas coisas (as mercadorias), são as mercadorias que se encontram na base produtiva capitalista. A mercantilização de tudo, portanto, se coloca como o primeiro passo da acumulação capitalista. A mercadoria coloca em relação proprietários e não-proprietários, na medida em que constrange seus possuidores a vendê-la, e os não possuidores a comprá-la, inserindo como mediador desta relação de troca o dinheiro.

A riqueza no modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, mas esta coleção só se coloca inicialmente para os que detêm os meios de produção, que são proprietários não produtores. Os produtores, por sua vez, não proprietários, são expropriados de suas terras e necessitam entrar nas relações de produção capitalista sendo possuidores de uma única mercadoria que podem dispor para a venda: sua força de trabalho.

É justamente este processo inicial de expropriação e mercantilização (da força de trabalho, dos meios produtivos etc.) que constitui a acumulação originária de capital, que gera dinheiro, mais mercadorias, mais-valor e mais acumulação de capital, reforçando o ciclo produtivo (dinheiro-capital-mais-valor-capital) mencionado anteriormente. Marx explica este processo da seguinte forma:

a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (MARX, 2017, p. 785).

Acumular capital significaria, em um primeiro momento, por um lado, transformar em capital “os meios sociais de subsistência e de produção”, e, por outro, “converter os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2017, p. 786). Esta acumulação originária é o pressuposto do capitalismo, e “ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2017, p. 786).

Em um segundo momento, a riqueza produzida pelo trabalho dos trabalhadores

assalariados e apropriada pela burguesia seria parcialmente reinvestida na produção, tornando-se capital, no ciclo de transformação do dinheiro-capital-mais-valor-capital que Marx já apontava. A produção de capital é necessariamente cumulativa, uma vez que busca se expandir, enquanto é concentrada e centralizada ao longo do tempo.

Esta nova acumulação, já não mais primitiva, vai assumindo novas formas que se cristalizam ao longo de determinada época. Estas formas são essencialmente formas que o capital assume para realizar a valorização do valor, isto é, aumentar o *quantum* de mais-valor, e derivado disso, emerge um conjunto de outras formações sociais adequadas a esta forma de valorização.

A organização do trabalho, o Estado capitalista e as relações internacionais entre os países capitalistas, entre outras questões, são determinados pela formação do capital em seu processo de acumulação na valorização do valor, isto é, pelo regime de acumulação de capital. Quer dizer, o Estado deriva da acumulação capitalista. Uma vez derivado, esta acumulação constitui a essência do Estado, e este passa a reforçar a acumulação de capital.

Isto nos remete para a seguinte questão: para compreendermos a constituição do Estado e de suas formas, é necessário compreendermos primeiramente a acumulação capitalista e os regimes de acumulação de capital. Como já sabemos quais os elementos centrais que Marx nos fornece para entendermos a acumulação de capital, faz-se ainda necessário verificarmos: o que é um regime de acumulação?

Pensar a história do desenvolvimento do capitalismo significa pensar a história da sucessão dos regimes de acumulação de capital. O primeiro passo nesta direção foi dado por Karl Marx, quando este analisa o processo de transformação da sociedade feudal em burguesa (MARX, 2011; MARX e ENGELS, 2006). No capítulo 24 do livro um de *O Capital*, dedicado a discutir a “assim chamada acumulação primitiva de capital”, Marx demonstra o percurso histórico de transição do feudalismo para a sociedade capitalista e sua consolidação, que, em seguida, gerou a formação do primeiro regime de acumulação propriamente capitalista.

Enquanto a sucessão de modos de produção significa a transformação radical de uma forma de sociedade em outra, o desenvolvimento dos regimes de acumulação significa apenas uma mutação no interior de uma permanência, pois diversos elementos da sociedade capitalista se alteram, mas o seu essencial permanece inalterado. A alteração de regimes de acumulação gera transformações no interior da sociedade capitalista, o que implica na manutenção da sociedade capitalista sob determinadas formas renovadas.

Deste modo, partimos da teoria dos regimes de acumulação, tal como elaborada por Viana (2009, 2015). Segundo Viana, “um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (VIANA, 2009, p. 29-30). Sendo assim, o regime de acumulação é, em síntese, um determinado estágio da

luta de classes (VIANA, 2009).

Em outras palavras, “o regime de acumulação (...) é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento” (VIANA, 2009, p. 31). A teoria dos regimes de acumulação, portanto, permite compreendermos as continuidades e descontinuidades do capitalismo, desde o seu processo de gênese até os dias atuais. O mesmo pode ser dito sobre o Estado capitalista, que tem sua dinâmica fundamentalmente determinada por tais mutações dos regimes de acumulação. Isto porque cada regime de acumulação gera formas de regularização que lhes são correspondentes, e o Estado capitalista é a principal instituição regularizadora da sociedade capitalista (VIANA, 2009).

Se um regime de acumulação se constitui pela tríade relacional entre organização do trabalho, forma estatal e relações internacionais, é preciso conhecermos quais são os regimes de acumulação e como estes três elementos se manifestam em cada regime, antes de adentrarmos propriamente no debate específico sobre cada forma estatal.

Avançando além do que colocou a teoria da derivação, entendemos que tal como o Estado deriva da acumulação de capital, as formas estatais derivam dos regimes de acumulação. Isto quer dizer que não foi apenas o Estado capitalista que derivou originalmente do modo de produção capitalista, mas que cada forma estatal em determinada época deriva do regime de acumulação que marca esta respectiva época.

É preciso notar que uma mesma forma estatal pode conter uma diversidade interna de manifestações concretas, que varia segundo a realidade nacional, o governo, as relações internacionais, entre outras razões, em síntese, segundo as lutas de classes. Este é o caso do Estado neoliberal, que pode apresentar diversas formas de neoliberalismo: progressista, discricionário, neopopulista, conservador etc. Com isto, uma forma estatal preserva uma unidade na diversidade, possuindo distinções internas, mas também um núcleo em comum que se manifesta em meio à sua multiplicidade.

Na relação indissociável entre o Estado e sua natureza capitalista, é possível pensarmos que as mudanças das formas que assumem o capital (os regimes de acumulação) geram também mudanças nas formas do Estado. Por isto, para a compreensão das formas estatais historicamente constituídas na sociedade capitalista é preciso partirmos de uma teoria dos regimes de acumulação de capital, já que a manutenção do Estado capitalista só é possível com a manutenção da acumulação capitalista. Como já vimos os aspectos fundamentais da teoria dos regimes de acumulação, faz-se indispensável analisarmos cada regime de acumulação em específico.

4 | AS FORMAS ESTATAIS

4.1 O Estado Liberal

As revoluções burguesas, e dentre elas, a mais decisiva e influente, a Revolução Francesa (1789-1799), representaram a derrocada final do feudalismo e consagração da burguesia como classe dominante, agora não apenas economicamente, mas também politicamente. A acumulação primitiva de capital vinha reduzindo gradativamente, na mesma medida em que a acumulação extensiva de capital crescia. O Estado Absolutista é derrubado nestas revoluções burguesas, e em seu lugar surge a primeira forma estatal propriamente capitalista: o Estado Liberal.

Esta forma estatal era correspondente ao primeiro regime de acumulação definitivamente capitalista: o Extensivo. O regime extensivo se caracterizava pela organização do trabalho na forma de extensividade (constituído fundamentalmente na extração de mais-valor absoluto), pelas relações internacionais expressas no neocolonialismo e pela forma estatal do Estado Liberal (VIANA, 2009).

Com a internacionalização do capitalismo, há uma tendência crescente de transformação dos modos de produção pré-capitalistas e não capitalistas em modo de produção capitalista. Isto se dá pela necessidade de ampliação da produção, circulação e consumo das mercadorias a nível mundial – o que demanda, por exemplo, a transformação da força de trabalho escrava em assalariada. Por isto, a antiga relação colonial é conseqüentemente substituída pelo neocolonialismo, que passava a exportar mercadorias e importar matérias-primas dos países subordinados, contribuindo com o desenvolvimento do capitalismo subordinado nesses países.

Na própria Europa, o trabalho operário era organizado sob a brutalidade da exploração ininterrupta capitalista, caracterizada por longas jornadas de trabalho, chegando até a 16 horas, utilização da força de trabalho de crianças, jovens e mulheres, pagamento de salários extremamente reduzidos, enfim, com a degradação das condições de vida dos trabalhadores, que em muitos casos eram obrigados a viverem nos arredores das fábricas. Com isto, a burguesia extraia uma imensa quantidade de mais-valor absoluto, através principalmente da elevação do tempo de trabalho da jornada produtiva.

O Estado Liberal era coberto pelo manto ideológico da igualdade (jurídica) dos cidadãos, das liberdades individuais e dos direitos com relação à propriedade, que representavam uma “cidadania civil” da sociedade burguesa. A democracia passou a ser cultivada como uma espécie de valor universal, e nada mais era do que uma forma de dominação da burguesia, criada como uma arma da classe burguesa para unificar a população em sua antiga luta contra o feudalismo (PANNEKOEK, 2010).

Mas mesmo esta democracia era restrita neste momento, pois as instituições capitalistas ainda não eram tão desenvolvidas quanto viriam a se tornar depois, e a classe dominante restringia a possibilidade de representação eleitoral aos homens

das classes privilegiadas, sendo esta uma democracia censitária. O Estado Liberal era um Estado de Direito, e previa a existência dos poderes constitucionais, como os Parlamentos, e representava um Estado laico, que era separado do domínio da Igreja,

A luta operária, que desde as revoluções de 1848 se encontrava em refluxo na Europa, viveu uma efervescência com a Comuna de Paris de 1871, que representou a primeira tentativa de revolução proletária na história do capitalismo, e após isso voltou a cair em refluxo. Neste momento, o regime de acumulação Extensivo já estava em declínio, juntamente com o Estado Liberal, devido às crises provocadas pela queda da taxa de lucro dos anos 1870 e pela ascensão das lutas operárias que culminaram na Comuna de Paris. Os trabalhadores há anos batalhavam pela redução da jornada de trabalho, por melhores condições de trabalho e contra a exploração do trabalho infantil e feminino, assim como pelo reconhecimento das suas organizações de classe (partidos e sindicatos).

Com o fortalecimento da socialdemocracia, a luta pela inserção dos representantes dos trabalhadores na democracia eleitoral (sufrágio universal) também veio à tona, o que gerava dificuldades para os capitalistas reproduzir a acumulação de capital, devido ao conjunto destas lutas de classes dentro e fora da esfera produtiva. É aí que um novo regime de acumulação, e com ele, uma nova forma estatal, é desenvolvido pelo capital.

4.2 O Estado Liberal-Democrático

As transformações de regimes de acumulação são sempre reações capitalistas a derrotas que a burguesia sofre em determinadas épocas. No caso do regime de acumulação Intensivo, que emerge após a queda do regime Extensivo, não foi diferente. A classe operária conseguiu reduzir a jornada de trabalho para 12 horas e 10 horas em alguns países. As organizações dos trabalhadores obtiveram amplo apoio popular e tiveram uma grande difusão, o que obrigou o Estado a reconhecer a sua existência e alguns direitos mínimos do proletariado. O movimento socialista internacional ganhava corpo cada vez mais, a partir de fins do século 19.

Contudo, com a emergência do regime de acumulação Intensivo, o capitalismo se reconfigura e reestabiliza cada aspecto ameaçado de seu domínio. O capital toma a obra de Taylor para promover uma “administração científica do trabalho”, pois, na medida em que a jornada de trabalho foi reduzida, a burguesia pôde aumentar a produtividade durante um mesmo tempo de trabalho, o que ampliou a extração de mais-valor relativo. Deste modo, o taylorismo é a forma como o regime Intensivo organiza o trabalho, aumentando-se a produtividade com a organização do processo do trabalho, através de mecanismos como a disciplina, a supervisão, o controle do tempo, a padronização etc.

Do ponto de vista das relações internacionais, o neocolonialismo dava lugar

ao imperialismo financeiro, que, devido à centralização e concentração de capital oriundas do período anterior, “proporcionou a formação dos oligopólios e a dinâmica do capitalismo oligopolista passou a ser centrada na acumulação intensiva” (VIANA, 2015, p. 125). Ou seja, há um aumento exponencial da extração de mais-valor relativo nos países de capitalismo imperialista, e um deslocamento gradativo da forma de trabalho extensiva (baseado em longas jornadas de trabalho) da Europa para os países de capitalismo subordinado.

Com isto, inicia-se a tendência, que será intensificada no momento histórico posterior, de parte do mais-valor absoluto extraído dos operários dos países capitalistas subordinados ser transferido para as nações imperialistas de origem dos oligopólios sob a forma de capital-dinheiro (BENAKOUCHE, 1980 apud VIANA, 2015). Era necessário expandir estes oligopólios para novas regiões do planeta, e é neste contexto que se dá a Conferência de Berlim de 1884-1885 que tratou de promover a Partilha da África entre as nações imperialistas (em sua maioria, europeias).

Neste regime Intensivo, que teve vigência entre os anos 1870 e 1940, o Estado Liberal também foi substituído por uma nova forma estatal: o Estado Liberal-Democrático. Este Estado promoveu um processo de ampliação da cidadania, abrangendo os direitos políticos (cidadania política), o que representava a extensão do direito ao voto (sufrágio universal) inicialmente aos homens das classes desprivilegiadas e, posteriormente, às mulheres.

Com a institucionalização das organizações operárias que decorreu neste período, dando a elas um caráter jurídico, legal e eleitoral, o capital promoveu uma onda de burocratização da sociedade civil, criando a sociedade civil organizada (VIANA, 2015). O Estado Liberal-Democrático, nesta medida, reforçava um imaginário comum na crença de sua suposta superioridade e neutralidade diante dos conflitos de classe, buscando integrar em sua lógica reprodutiva as classes desprivilegiadas.

Porém, a primeira metade do século 20 foi marcada por diversas tentativas de revoluções proletárias (como na Rússia, Alemanha, Itália e Hungria), o que estremeceu o capital, sobretudo porque a queda da taxa de lucro já era uma realidade desde os anos 1920, o que representava uma crise para o capital que demandava por um novo regime de acumulação.

4.3 O Estado Integracionista

A Segunda Guerra Mundial gerou uma enorme destruição de forças produtivas, o que possibilitou uma ampliação e generalização da acumulação de capital sob novo regime, sobretudo devido ao desenvolvimento tecnológico existente (VIANA, 2015). Deste modo, o capital se reorganizou formulando o regime de acumulação Conjugado, que tinha como tripé o fordismo como modo de organização do trabalho, o imperialismo transnacional como forma de relações internacionais, e o Estado

Integracionista como forma estatal.

Com a intensificação da acumulação de capital, abria-se também a possibilidade de buscar conter a luta operária. O fordismo aprimorava a organização do trabalho taylorista, e se utilizava de uma ampla quantidade de tecnologias para acentuar a extração do mais-valor relativo, pela via do aumento do ritmo e intensidade da atividade produtiva. O aumento da riqueza capitalista foi proporcionado nesta nova onda de acumulação, que se expressava tanto na reconstrução dos territórios destruídos durante a Guerra, quanto pelo aumento da extração e transferência do mais-valor (relativo e absoluto) dos países de capitalismo subordinado para as nações imperialistas.

No regime de acumulação Conjugado, o imperialismo oligopolista assume a forma transnacional, em que há um significativo deslocamento de empresas (especialmente estadunidenses, francesas e japonesas) de seus países de origem para o capitalismo subordinado. Este é o caso das montadoras de automóveis, que aumentam a sua produção industrial em larga escala sob regime fordista. Com o aumento da tecnologia, aumenta-se não apenas a produção, mas também o consumo de mercadorias.

O Estado Liberal-Democrático dá lugar ao Estado Integracionista, também chamado de Keynesiano, “Estado de bem estar social” ou *Welfare State*. Esta forma estatal buscava “integrar” a classe operária ao capitalismo através principalmente do consumo de mercadorias, com reprodução ampliada do mercado consumidor, mas também aumentando os níveis de renda, os direitos e benefícios sociais. A cidadania é expandida para cidadania social, em que o Estado assegurava ao conjunto da população direitos como saúde, segurança e educação de qualidade, além de benefícios como aposentadoria, seguridade social, etc. Por isto este período ficou conhecido como “os anos de ouro” da Europa.

Porém, esta integração da classe operária nunca se deu de forma plena, e este Estado de bem estar social só teve existência nas nações imperialistas da Europa Ocidental e EUA, e tão somente porque encontravam a fonte de manutenção desta riqueza na transferência de mais valor dos países de capitalismo subordinado para tais nações imperialistas. Integrar a classe operária era um objetivo para o Estado e para o capital tanto para evitar que ela se sublevasse, quanto se aliasse ao capitalismo de Estado da União Soviética, então chamado de “comunismo”.

Como houve um aumento expressivo da exploração nos países de capitalismo subordinado para sustentar a riqueza usufruída nos países imperialistas, houve também um aumento da reação das classes trabalhadoras, o que levou ao acirramento da luta de classes. Como resposta, o Estado nestes lugares ampliou o seu grau de repressão, adotando a forma ditatorial, como ocorreu em diversos países da América Latina nos anos 1960-1980. Tais ditaduras foram respostas do Estado no capitalismo subordinado diante do aumento da resistência dos trabalhadores. E este cenário foi o resultado do deslocamento dos conflitos sociais das nações imperialistas para as

subordinadas, pela via da transferência (parcial) e aumento da exploração.

No final dos anos 1960 se inicia mais uma vez a queda da taxa de lucro, que vai se intensificando ao longo dos anos 1970. Concomitantemente, há uma retomada das lutas operárias radicalizadas, e das lutas sociais de forma mais ampla, no final dos anos 1960, expressas sobretudo pelo Maio de 1968, que manchou o véu ideológico da integração da classe operária no centro do capitalismo mundial.

4.4 O Estado Neoliberal

Diante das dificuldades encontradas pelo capital em se reproduzir nos anos 1970, foram resgatadas e desenvolvidas ideias antigas de autores conservadores e de projetos burgueses que passaram a encontrar eco nesta nova conjuntura do capital. Nos últimos anos desta década, e de forma mais consolidada nos anos 1980, formou-se o regime de acumulação Integral, que readequou as bases materiais e ideológicas do capitalismo.

O trabalho passou a ser organizado através do toyotismo, que gera uma acentuação da organização do trabalho e do uso da tecnologia visando o aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo combinados. Esta mudança, denominada de “reestruturação produtiva”, desenvolve todas as demais formas de exploração capitalistas do trabalho, acrescentando novos elementos, como o método kan-ban, o trabalho em equipe, etc. Realiza-se a precarização das condições de trabalho com as privatizações e terceirizações, aumenta-se o uso de métodos secundários de exploração (como o pico em demanda, recompensa à produtividade, trabalho temporário etc.), promove-se a desregulamentação das relações de trabalho, o que gera a desvalorização da força de trabalho e acentua o processo da lumpemproletarização (VIANA, 2015).

Como há uma redução do nível de renda dos trabalhadores, reduz-se o consumo e com isto a reprodução ampliada do mercado consumidor. Isto impacta na esfera da produção, que tem que

desacelerar a produção de bens de consumo, seja através da transformação de capital produtivo em capital improdutivo (capital financeiro), seja através de guerras, o que permite um fortalecimento do capital bélico e a destruição das forças produtivas nacionais que, no pós-guerra, tornam-se um mercado consumidor subordinado (VIANA, 2015, p. 134)

Deste modo, desenvolve-se uma relação internacional pautada no Hiperimperialismo, que promove uma constante destruição de forças produtivas e aumento da transferência de mais valor para as nações de imperialismo avançado. A combinação de extração de mais valor relativo e absoluto se dá tanto com o aumento da produtividade quanto do tempo de trabalho, ainda que em jornadas de trabalho não necessariamente contínuas.

Por consequência, o Estado Integracionista se torna uma impossibilidade

neste novo regime de acumulação, já que os gastos sociais são insustentáveis para esta nova lógica do capital. O neoliberalismo, que era um conjunto de velhas ideias abandonadas produzidas após a Segunda Guerra Mundial, torna-se um interesse do capitalismo e adquire materialidade com a eleição dos primeiros governos neoliberais, que demarcam a emergência do Estado Neoliberal.

Esta forma estatal foi pioneiramente iniciada com a eleição dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979, Ronald Regan nos EUA em 1981, e Helmut Kohl na Alemanha em 1982. Além destas nações imperialistas, o Chile pode ser considerado como o laboratório do neoliberalismo, quando as teses neoliberais foram aplicadas durante o governo do ditador Pinochet, de acordo com a política econômica elaborada pelos *Chicago Boys*, quase dez anos antes daqueles países.

O Estado Neoliberal retoma a tese Liberal de não intervenção estatal na econômica (o que é apenas uma retórica discursiva utilizada pela burguesia e seus representantes intelectuais), reduzindo o Estado apenas à prestação de serviços básicos, quando não somente ao seu caráter repressivo. Assim, todos os direitos sociais, políticas de seguridade e benefícios aos trabalhadores são progressivamente reduzidos ou mesmo eliminados.

No mais das vezes, o Estado Neoliberal se caracteriza tão somente como um Estado Penal (WACQUANT, 2001), em que se acirra as práticas do encarceramento em massa, da criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, das formas punitivas e do pan-penalismo, da militarização da vida cotidiana em comunidades e favelas, do genocídio negro nas periferias, da vigilância e controle generalizados etc.

As políticas sociais universais são substituídas por políticas segmentares, e as reformas estruturais são dispensadas em função de microrreformas. O Estado Neoliberal é regido para ser mínimo e forte. Mínimo nos benefícios sociais para a população (obviamente que com exceção da burguesia e dos altos extratos da burocracia e intelectualidade), e forte em seu aparato repressivo, que juntamente com o aparato jurídico tendem a ser os que mais recebem recursos e poder no Estado Neoliberal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória realizada neste texto, verificamos que o objetivo deste capítulo foi cumprido, uma vez que pudemos conhecer a maneira como o modo de produção capitalista se caracteriza como determinação fundamental do Estado, tal como os regimes de acumulação se constituem como determinações fundamentais das formas estatais.

Com isto, concluímos que a análise marxista, autêntica e não deformada, através do materialismo histórico-dialético (em especial, pela categoria de totalidade), é uma ferramenta heurística intelectual de inestimável importância para o desvelamento das múltiplas determinações do real, e para a contínua atualização do marxismo na

interpretação e crítica da sociedade capitalista e da realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Matheus. **A Concepção de Marx sobre o Estado e suas Deformações**. In: Revista Enfrentamento, ano 12, nº 21, jan./jun. 2017, p. 13-47.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro 1**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 2006.

PANNEKOEK, Anton. **A Democracia**. In: Revista Enfrentamento, ano 04, nº 08, jan./jun. 2010, p. 35-40.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **Estado e Acumulação de Capital**. In: Revista Enfrentamento, ano 12, nº 21, jan./jun. 2017, p. 48-58.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

Luan Vinicius Bernardelli: Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Foi *Visiting Scholar* na Southern Cross University (Austrália) (2019). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Suas principais publicações apareceram em revistas como Estudos Econômicos (USP), *Journal of Religion and Health*, *Local Government Studies*, *Review of Social Economics* e Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

